

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE FILOSOFIA

PLANO

OBRAS GERAIS

Bibliografias. Dicionários. Periódicos.
Atas. Miscelâneas. Congressos. Simpósios.
Tratados. Cursos. Manuais.
Introduções. Ensino. Didática. Pesquisa.

ESTUDOS HISTÓRICOS

Histórias Gerais.
Histórias Especiais.
História da Filosofia Brasileira.

ESTUDOS DE AUTORES

Autores Antigos.
Autores Medievais.
Autores Modernos.
Autores Contemporâneos.
Autores Brasileiros.

EDIÇÕES DE TEXTOS

Textos Antigos.
Textos Medievais.
Textos Modernos.
Textos Contemporâneos.
Textos Brasileiros.

ESTUDOS SISTEMÁTICOS

Epistemologia.
Lógica.

Teoria da Filosofia.
Metodologia Científica.
Epistemologia das ciências.
Ontologia.
Filosofia da Natureza.
Antropologia Filosófica.
Teodicéia.
Axiologia.
Estética.
Ética.
Filosofia da História.
Filosofia Social.
Filosofia Política.
Filosofia da Educação.
Filosofia da Ciência.
Filosofia da Arte.
Filosofia da Cultura.
Filosofia da Linguagem.
Filosofia da Religião.
Filosofia da Economia.
Filosofia do Direito.
Filosofia do Trabalho.
Filosofia do Lazer.

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE FILOSOFIA

OBRAS GERAIS

ATAS

102. SOCIEDADE BRASILEIRA DOS FILÓSOFOS CATÓLICOS, **Humanismo Pluridimensional: Atas da I Semana Internacional de Filosofia**, São Paulo, Loyola, 1974; 2 vols., 1035 págs. il. 13.

A obra, em 2 volumes, constitui-se das Atas da 1ª Semana Internacional de Filosofia, realizada em São Paulo, em julho de 1972, promovida pela SBFC. Além da transcrição dos discursos e mensagens, a obra transcreve as comunicações apresentadas pelos vários congressistas, organizadas de acordo com as várias articulações do temário geral da Semana. No 1º volume, dimensão fenomenológica, dimensão do diálogo científico, dimensão histórico-cristã, dimensão universitária, dimensão lógico-gnosiológica, dimensão metafísica intra-humana; no 2º volume, são abordadas a dimensão filosófica sócio-humana, a dimensão axiológica integrativa, a dimensão vertical metafísico-ética, a dimensão teológica, a dimensão filosófico-comemorativa, terminando com a dimensão filosófica nacional.

103. SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, **Resumos: 28ª Reunião Anual**, São Paulo, 1976, 956 págs.

Trata-se da publicação dos resumos das comunicações referentes à 28ª Reunião da SBPC, que teve lugar em Brasília, de 7 a 14 de julho de 1976. Este volume é um suplemento da Revista **Ciência e Cultura**, 28 (7). Os resumos das comunicações estão distribuídos em 7 seções: ciências matemáticas, ciências da matéria, ciências da terra e do universo, ciências da vida, ciências do homem, ciências aplicadas e ciências do meio

ambiente. No âmbito das ciências humanas, encontram-se comunicações referentes à filosofia da ciência e à filosofia da educação.

ESTUDOS HISTÓRICOS

HISTÓRIAS GERAIS

104. FONTANA, Dino F., **História da Filosofia, Psicologia e Lógica**, São Paulo, Saraiva, 3ª ed., 1969, 484 págs.

Texto preparado para os candidatos aos antigos exames vestibulares, apresenta, numa linguagem bem didática, uma síntese de todo o desenvolvimento do pensamento filosófico em geral, assim como uma excelente introdução à Psicologia e à Lógica, oferecendo aos iniciantes uma visão completa dos principais conceitos destas disciplinas. Apesar das restrições impostas pelos objetivos e pela amplitude do trabalho, o autor teve o grande mérito de não negligenciar as manifestações filosóficas do pensamento brasileiro, apresentando ainda os principais nomes da filosofia no Brasil.

105. SANTIAGO, Gabriel Lomba, **As múltiplas direções da filosofia contemporânea**, *Reflexão*, 1 (3): 11 – 23.

Com o tríplice objetivo de informar, esquematizar para fins didáticos e fornecer pistas para a ampliação do horizonte filosófico, o autor apresenta uma visão panorâmica das principais tendências da filosofia contemporânea, assinalando o idealismo, o personalismo, o realismo, o historicismo, a fenomenologia, o existencialismo, o estruturalismo, a filosofia analítica e o marxismo.

106. VITA, Luís Washington, **Pequena História da Filosofia**, São Paulo, Saraiva, 1968, 264 págs.

Retomando os principais momentos do pensamento filosófico ocidental, realçando os autores mais significativos e os modelos históricos

que mais o marcaram, o autor apresenta uma bem sintetizada visão da história da filosofia, enriquecida pela correlata repercussão destes modelos no quadro do pensamento reelaborado no Brasil.

HISTÓRIA DA FILOSOFIA BRASILEIRA

107. HEGENBERG, Leônidas, Os estudos de lógica no Brasil, **Suplemento Cultural**, 1 (8): 7 – 9, 5/12/76.

O autor apresenta um completo panorama dos estudos e das pesquisas referentes à lógica, clássica e moderna, realizados no Brasil, assinalando os pensadores e os centros que mais se destacaram nesta tarefa. Após falar dos estudos dos iniciadores — Amoroso Costa, Leonardo van Acker, Vicente Ferreira da Silva, Godofredo Telles, Euryalo Cannabrava e Miguel Reale —, o autor assinala a época de 1958 a 1960 como a fase de maior preocupação com a lógica moderna, ressaltando-se os cursos e trabalhos de Mário Teixeira, Jorge Barbosa, Edson Farah, Newton Costa, Ayda Arruda, Jacob Zinlberg e Antônio Mário Leite. São apresentados ainda como continuadores Lafayette de Moraes, Luís Paulo de Alcântara, Elias Humberto Álvares e Jorge Emmanuel Ferreira Barbosa, assim como outros estudiosos da matéria nas principais cidades do país.

108. LARA, Tiago Adão, O republicanismo autoritário no Brasil, **Rev. Bras. Fil.** 26 (103): 339 – 363.

Análise da história republicana brasileira sob o aspecto da influência que a política da República sofreu do positivismo que a levou a uma atitude ditatorial e sociocrática. Após apresentação do pensamento sócio-político de Comte, o trabalho aborda o pensamento de Antônio da Silva Jardim, Aníbal Falcão, Júlio de Castilhos, Getúlio Vargas e Francisco Campos.

109. MACHADO, Geraldo Pinheiro, **A filosofia no Brasil**, São Paulo, Cortez & Moraes, 1976, 3ª ed. 128 págs.

Retomada de complemento da **História da Filosofia Contemporânea**, de Hirschberger (Herder, São Paulo, 1963 e 1968). O autor

reedita este texto acrescentando algumas notas selecionadas que registram referências documentais atualizadas e algumas correções e retoques tópicos. Trata-se de uma síntese didática e informativa, visando a proporcionar um primeiro contato dos interessados com os documentos filosóficos brasileiros. O autor divide a história do pensamento filosófico no Brasil em 2 grandes períodos: o primeiro, das origens até a 1ª Guerra Mundial e o segundo, depois da 1ª Guerra até hoje. No primeiro período, numa 1ª parte, estuda os sécs. XVI, XVII e XVIII, levantando os documentos filosóficos representativos da época; numa 2ª parte, analisa os sécs. XIX e XX, abordando o ecletismo de Montalverne, de Silvestre Pinheiro Ferreira, de Gonçalves de Magalhães e de Eduardo França; o tomismo, de José Soriano de Sousa, dos fundadores da Faculdade de Filosofia São Bento, de João Mendes de Almeida e do cardeal Arcoverde; o positivismo de Luiz Pereira Barreto, de Teixeira Mendes e de Miguel Lemos; o evolucionismo de Tobias Barreto, de Sílvio Romero e a reação antimaterialista de Farias Brito; no 2º período, são analisados os pensamentos de Jackson de Figueiredo, de Leonel Franca, de Graça Aranha, de Mário de Andrade, de Alceu de Amoroso Lima, de Miguel Reale e de outros nomes da atualidade.

ESTUDOS DE AUTORES

AUTORES MODERNOS

110. CHAVES, Eduardo O. C., O crítico da religião, **Suplemento Cultural**, 1 (1): 7 – 8, 17/10/76.

O autor analisa a crítica filosófica feita por Hume às principais tentativas elaboradas nos sécs. XVII e XVIII de se justificar racionalmente as doutrinas centrais do cristianismo. Hume mostra a falta de fundamentos dos argumentos apresentados por filósofos e teólogos, dada a sua congênita inconsistência.

111. DELEUZE, Gilles, **Para ler Kant**, Rio, Francisco Alves, 1976; trad. Sônia Dantas Pinto Guimarães, 100 págs.

Introdução ao pensamento Kantiano como roteiro para a abordagem de sua obra, sobretudo das três **Críticas**. Após falar sobre o método transcendental, explicitando os sentidos da razão e das faculdades do espírito, o autor apresenta a relação das faculdades na **Crítica da Razão Pura**, na **Crítica da Razão Prática** e na **Crítica do Juízo**. Na conclusão, retoma a questão da finalidade da razão. Para o autor, as três **Críticas** apresentam um perfeito sistema de permutações devido a serem as faculdades definíveis, quer como relações de representação em geral, quer como fonte de representações.

112. FREIRE-MAIA, Newton, A doutrina da evolução, **Suplemento Cultural**, 1 (5): 13 – 15, 14/11/76.

Exposição e análise das variações pelas quais passou a teoria evolucionista de Darwin. Após retomar a caracterização do Darwinismo e da seleção natural, o autor aborda as principais posições de neodarwinismo atual. Discute a posição dos autogenesisistas e a daqueles que negam a evolução integral concluindo com uma crítica ao darwinismo social.

113. MONTEIRO, João Paulo, Hume: a ciência do Homem, **Suplemento Cultural**, 1(1): 6 – 7, 17/10/76.

Colocando como objetivo principal da filosofia de Hume o estudo da natureza humana, o autor destaca os principais pontos que fazem dela portadora de uma significação atual. Contudo, é sua teoria do conhecimento que lhe granjeia maior celebridade e que deve ser entendida como crítica ao empirismo. O autor ressalta sua crítica ao indutivismo até agora não respondida devidamente. Salaria sua posição naturalista, a vinculação da moralidade ao contexto social e seus dotes de historiador.

114. SILVA, Maria Beatriz Nizza da, A história filosófica, **Suplemento Cultural**, 1(1): 8, 17/10/76.

Este artigo aborda o trabalho de historiador de Hume, autor de uma **História da Inglaterra**. Hume escreveu sua **História** dentro do espírito filosófico da época, descrevendo o progresso das luzes desde as sociedades bárbaras até as sociedades civilizadas. Antepondo os fatos às fábulas, Hume

expõe e interpreta a história inglesa buscando divertir a fantasia, desenvolver o entendimento e fortalecer a virtude.

115. SIMÕES, Gilda Naécia. A educação da vontade, **Suplemento Cultural**, 1(3): 3 – 5, 31/10/76.

A autora expõe e analisa criticamente o pensamento educacional de Herbart, filósofo que se preocupou em dar à pedagogia o estatuto de ciência, para o que buscou aliar a especulação à experiência. É na Psicologia que Herbart encontra os meios da educação enquanto que seus fins são encontrados na Filosofia Prática.

116. SOVERAL, Eduardo A. de, A influência de Freud na mitologia sexual contemporânea: ensaio sobre a gênese das ideologias, **Rev. Univ. Cat. Petrópolis**, (3): 107 – 117.

Após citar o profundo interesse humano do mito, o autor defende a tese de que as atuais técnicas de condicionamento podem intervir na sua gênese, esclarecendo a atuação da política, das lutas ideológicas e dos interesses econômicos e conclui ser urgente um estudo da criação mítica para uma denúncia mais fácil de sua falsificação. Os mitos sexuais contemporâneos são o campo mais favorável para tal estudo. Analisa a noção de ideologia, filosofia e religião, bem como os mecanismos pelos quais se processa o progresso ideológico dos conhecimentos filosóficos e das crenças religiosas. Explica a mitologia sexual contemporânea sobretudo à luz das teorias freudianas.

AUTORES CONTEMPORÂNEOS

117. CÉSAR, Constança Marcondes, A influência de Brunschvig em Bachelard, **Reflexão**, 1(3): 41 – 69.

O artigo analisa as influências formadoras exercidas pelo pensamento de Brunschvig no pensamento de Bachelard. É estudada a gênese da epistemologia de Bachelard, sua evolução marcada pela influência de

Brunschvig, nas primeiras obras e nas obras da maturidade, as relações entre a postura epistemológica e a postura estética.

118. FERRAZ JR., Tércio Sampaio, Concepção de sistema jurídico no pensamento de Emil Lask, **Rev. Bras. Fil.**, 26(103): 307 – 324.

O autor aborda a questão da sistematização jurídica a partir da análise e da investigação do pensamento de Emil Lask, filósofo neo-kantiano da Escola de Baden. Após levantar a problemática em que o pensamento de Lask se insere, o autor trata do tema específico, a noção de sistema jurídico, explicitando a concepção pluridimensional do direito e o caráter de sistema plural e assimétrico do sistema jurídico.

119. FOGEL, Gilvan, Edmund Husserl e a idéia de regiões ontológicas, **Rev. Univ. Cat. Petrópolis**, (3): 75 – 86.

O autor tem por objetivo determinar os momentos constitutivos da idéia de regiões ontológicas no pensamento de Husserl. Partindo da identificação do problema das regiões ontológicas com o problema da compreensão e organização do mundo, correlaciona as idéias de “sistema subjetivo do mundo”, a noção de mundo ou universo, de vida ou de correlação vida-mundo, cuja descrição fenomenológica revela uma ontologia fundamental, sendo tematizadas as diferentes modalidades do ser, às quais o autor restringe o campo científico que, como conjunto sistemático de conhecimentos, deveria procurar também seu fundamento na lógica formal; é sob este aspecto que a região ontológica natural ou natureza e as ciências que lhe correspondem se constituem.

120. HEGENBERG, Leônidas, Karl Raymund Popper, **Rev. Bras. Fil.**, 23(89): 76 – 91.

Trata-se de um resumo do pensamento de Popper, cuja base geral se assenta no realismo do filósofo. Popper é um neopositivista que se afastou das concepções eminentemente positivistas do Círculo de Viena, tomando posições próprias quanto à valoração de uma teoria, distin-

guindo-as, e estabelecendo as bases de uma nova atitude científica. Não admite indução que não seja radical e, por isto, prefere a dedução. Popper também se enveredou pelo campo da Psicologia educacional para logo abandoná-lo em vista do estudo da linguagem.

121. HEGENBERG, Leônidas, Paul K. Feyerabend, *Rev. Bras. Fil.*, 26(103): 371 – 376.

Nota sobre o pensamento filosófico de Feyerabend, um dos mais notáveis discípulos de Popper, do qual retoma a exigente atitude crítica. Contrapõe-se radicalmente a toda forma de empirismo, colocando a teoria como o único quadro para qualquer forma de conhecimento.

122. JAPIASSU, Hílton Ferreira, *Para ler Bachelard*, Rio, Francisco Alves, 1976; (série Para Ler), 180 págs.

O autor tem por objetivo expor as articulações essenciais do pensamento de Bachelard, quer em sua vertente científica, apresentando as idéias centrais de sua epistemologia da razão aberta, quer em sua vertente poética, indicando os elementos basilares de sua fenomenologia do imaginário. Após situar Bachelard em seu tempo, o autor expõe a filosofia das ciências do filósofo, seu projeto filosófico, sua pedagogia científica e sua epistemologia da razão aberta. Abordando a vertente poética, trata da fenomenologia da imaginação e da antropologia da linguagem. Em apêndice, tratando da ruptura epistemológica, o autor compara as posições epistemológicas de Bachelard com as posições de Popper e de Kuhn. Representando as duas vertentes do pensamento de Bachelard, Japiassu transcreve alguns trechos escolhidos de sua obra, terminando seu trabalho com um glossário dos conceitos específicos da epistemologia bachelardiana.

123. MACHADO NETO, A. L., Algumas contribuições de Carlos Cossio a uma eidética sociológica, *Rev. Bras. Fil.*, 26(103): 275 – 296.

Após ressaltar a influência da metodologia fenomenológica na formulação da epistemologia sociológica, o autor apresenta a teoria egológica do direito do argentino Carlos Cossio que envolve uma eidética do social e da cultura, assim como valiosas contribuições à epistemologia das

ciências humanas. São especialmente abordados sua teoria dos objetivos culturais, seus aprofundamentos da teoria diltheyana e weberiana da compreensão e sua teoria da norma como juízo.

124. MAZZEO, Antônio Carlos, O estruturalismo e a opção tecnocrática, **Reflexão**, 1(3): 79 – 87.

O artigo se propõe divulgar as críticas ao estruturalismo que vem sendo feitas por vários teóricos enquanto sistema de fundamentação ideológica da civilização tecnocrática. Acompanha, de modo especial, as críticas formuladas por Carlos Néelson Coutinho em seu livro, **O Estruturalismo e a miséria da razão**.

125. MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de, Martin Heidegger, filósofo do ser, **Rev. Bras. Fil.**, 26(103): 267 – 274.

Prestando homenagem a seu mestre, a autora apresenta a figura de homem e de filósofo que foi Martin Heidegger, enquanto mestre da conversação e filósofo do questionamento, sempre à busca do ser. De modo particular, é analisado seu relacionamento com o regime nazista e sua postura frente ao problema de Deus.

126. MORAIS, João Francisco Régis de, Oswald Spengler: o ocidente agônico, **Reflexão**, 1(3): 89 – 112.

O autor visa a apresentar, tirando-o do seu ostracismo, o pensamento de Oswald Spengler, sobretudo a partir de **A Decadência do Ocidente**. Considerando o filósofo como profeta e poeta, o autor expõe as principais influências sofridas por ele, a gênese de sua filosofia, sua mensagem e o desfecho de suas profecias.

127. MOREIRA, Mário Humberto, O problema da intersubjetividade e o Ego transcendental em Husserl, **Rev. Univ. Cat. Petrópolis**, (3): 63 – 74.

Este artigo constitui uma pequena introdução à fenomenologia husserliana no concernente a problemas e questões levantadas em torno do tema da intersubjetividade. Tais questões e problemas estão expostos e discutidos a partir de observações e comentários de Quentin-Lauer, Şhütz,

Toulemont, Fink e Sartre. Enfoca de modo especial a fundamentação da metodologia das ciências humanas.

128. NOGUEIRA, João Carlos, Heidegger ou os novos caminhos da filosofia, **Reflexão**, 1(3): 25 – 39.

Após traçar um esboço biográfico e um breve itinerário intelectual de Martin Heidegger, o autor apresenta alguns elementos julgados importantes como introdução à compreensão da obra do filósofo. Heidegger busca a superação da ontologia clássica, criticando a tradição metafísica do ocidente e propondo uma volta ao fundamento da metafísica que leva necessariamente à questão da essência do homem.

129. SEVERINO, Antônio Joaquim, **A antropologia personalista de Emmanuel Mounier**, São Paulo, Saraiva, 1974, 160 págs.

Após apresentar a biografia de Mounier e discutir o sentido e a especificidade da filosofia mounierista, o autor delinea as grandes linhas da antropologia implícita no personalismo. Segundo o autor, o personalismo exige uma superação da concepção fixista da natureza humana e a consideração do homem como ser intrinsecamente imergente e emergente em relação à natureza pré-humana. Por outro lado, fundando-se nesta visão do homem, o personalismo igualmente implica um engajamento da pessoa com vistas à contração da História. O trabalho termina com uma análise interpretativa do significado do personalismo enquanto reforma metodológica da filosofia, enquanto orientação metafísico-antropológica e enquanto projeto ético-político.

130. STELA, Florindo, A ansiedade existencial para Paul Tillich, **Reflexão**, 1(3): 123 – 128.

Retomada do tema da ansiedade do homem contemporâneo, seguindo o estudo de Paul Tillich, **A coragem de ser**. A ansiedade é concebida como tensão entre ser e não-ser, especificando-se em ansiedade da morte, da insignificação e da culpa. É explicitada a sua ambivalência uma vez que pode ser patológica ou criadora. Como resposta à ansiedade, Tillich aponta a fé incondicional.

131. VILLALOBOS, Maria da Penha, O fundamento idealista da investigação científica, **Suplemento Cultural**, 1(6): 13 – 14, 21/11/76.

A autora confronta as idéias do pensador Ernst Cassirer, neokantiano, com os trabalhos realizados por Piaget, mostrando como o pensamento deste psicólogo se influencia pelo idealismo alemão e como suas posições assumem um caráter nitidamente idealista, o que compromete ainda seu projeto de constituir uma epistemologia científica, livre de qualquer envolvimento filosófico. Segundo a autora, tudo o que Piaget consegue construir no campo específico da epistemologia foi criar mais uma teoria epistemológica.

132. VON ZUBEN, Newton Aquiles, O sentido das palavras-princípio na filosofia da relação de Martin Buber, **Rev. Univ. Cat. S. Paulo**, 45 (89 – 90): 70 – 90.

Análise do significado e do alcance das palavras-princípio enquanto fundamento daquilo que se apresenta como a pedra angular da construção buberiana, ou seja, a idéia de relação e sua manifestação antropológica, o diálogo. Após abordar as atitudes do homem frente ao mundo e a estrutura das palavras-princípio, o autor trata da dualidade dos eus na unidade do existir humano, concluindo com a afirmação da prioridade da palavra-princípio Eu-Tu.

ESTUDOS SISTEMÁTICOS

EPISTEMOLOGIA

Cf. também nºs 15, 27, 33, 36, 102, 111, 113, 119, 120, 127, 131.

133. BUNGE, Mário, **Tratado de Filosofia Básica: Semântica II: Interpretação e Verdade**, São Paulo, EPU-EDUSP, 1976, XVIII – 244 págs.

Dando seqüência aos temas do 1º volume, o texto inicia-se com um estudo sobre as várias espécies de interpretação, passando a seguir

à análise do significado, da verdade e das questões conexas de extensão, da vaguidade, das descrições definidas e das questões correlatas referentes à matemática, à lógica, à epistemologia e à metafísica.

134. STUBBS, Roy Charles, Definição de Problemas, *Cad. Psic. Aplic.*, 3(3): 211 – 228.

O autor discorre sobre a dificuldade encontrada pelos vários métodos filosóficos para uma correta definição de problema nas diversas formas e níveis de pesquisa. Após apresentar a abordagem científica, estabelecendo seus limites, o autor apresenta os sistemas alternativos de definição oferecidos pela perspectiva fenomenológica e pela perspectiva existencialista, cujas limitações também explicita, para concluir propondo a abordagem pragmática.

135. SOVERAL, Eduardo A. de, Filosofia, Psicanálise e Hermenêutica, *Rev. Univ. Cat. Petrópolis*, (3): 15 – 34.

Análise do valor da filosofia do ponto de vista da psicanálise e da hermenêutica. Daí abordagem da filosofia como instauradora da verdade, ao mesmo tempo em que estabelece todo o problema da historicidade da verdade. Partindo de uma análise crítica do relativismo histórico da verdade, considera o problema do conhecimento humano necessariamente envolvido pelas circunstâncias históricas, sociológicas e psicológicas. Destas considerações, analisa a questão da unidade do conhecimento, da estrutura do conhecimento científico e dos níveis, planos e modalidades da experiência.

EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS

Cf. também nos 25, 102, 117, 120, 122, 123, 127, 131.

136. HEGENBERG, Leônidas, *Etapas da Investigação científica: leis, teorias, método*, vol. 2. São Paulo, EPU-EDUSP, 1976, XIV – 258 págs.

Dando continuidade a seu estudo sobre a investigação científica, iniciado com o vol. 1 (**BBF, 62**), o autor, após levantar as con-

tribuições históricas fornecidas pelo neopositivismo, relativas ao tema, de Mach, Russell, Wittgenstein, da física e do próprio empirismo, trata das leis naturais, das teorias e do método científico sempre à luz do pensamento dos principais filósofos-neopositivistas — Quine, Carnap, Hempel, Popper, Scheffler, Goodman e Sneed — . Em seguida são examinadas posições ainda em fase de elaboração como as de Kuhn, Feyerabend, Supper, Bunge e Suppe, sempre baseando-se nos trabalhos mais recentes destes pensadores. O livro contém ainda um apêndice sobre “pesquisa bibliográfica”, a ser distinguida da pesquisa científica.

137. KRUGER, Helmuth R., O problema da objetividade na investigação psicológica, *Rev. Univ. Cat. Petrópolis*, (3): 53 — 62.

O autor faz uma análise teórica da pesquisa científica principalmente no que se refere às pesquisas no domínio das ciências do comportamento. Afirmando a necessidade de uma desmistificação da ciência na época atual, aponta todas as controvérsias e incoerências internas e externas dentro da investigação psicológica e afirma a possibilidade de se garantir a objetividade das pesquisas científicas a partir de regras que conduzem a uma construção teórica consistente e à relevância de suas contribuições, em termos de fornecimento de recursos para intervenções planejadas, cujo objetivo seja o de promover soluções para problemas que comprometem a qualidade da condição humana embora reconheça as dificuldades de se evitar nisso tudo as influências do contexto social, econômico e ideológico em que se acham inseridas tais investigações.

138. LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre, **História: novas abordagens**, Rio, Francisco Alves, 1975; trad. Henrique Mesquita, 202 págs.

Mostrando as várias abordagens da pesquisa histórica contemporânea, os autores desta coletânea tratam da arqueologia, da economia, da demografia, da antropologia religiosa, da história religiosa, da literatura, da arte, das ciências e da política como vias de abordagem do conhecimento histórico.

139. LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.), **História: novos objetos**, Rio, Francisco Alves, 1976; trad. Teresinha Marinho, 240 págs.

Neste volume são apresentados por diversos autores, os novos objetos que estabeleceram no campo epistemológico da História: o clima, o inconsciente, o mito, as mentalidades, a língua, o livro, os jovens, o corpo, a cozinha, a opinião pública, o filme e a festa. A pesquisa histórica é situada em pleno universo de convergência com a pesquisa das ciências sociais.

140. LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.), **História: novos problemas**, Rio, Francisco Alves, 1976; trad. Theo Santiago, 200 págs.

Coletânea de vários estudos de epistemologia e filosofia da História, elaborados por diversos especialistas franceses, versando sobre temas como a operação histórica, o quantitativo na história, a história conceitual, os caminhos da história antes da escrita, a história dos povos sem história, a aculturação, a história social e ideologias das sociedades, a história marxista, a história em construção e o retorno do fato.

141. MERLEAU-PONTY, Maurice, **Ciências do Homem e fenomenologia**, São Paulo, Saraiva, 1973; trad. Salma Muchail, 80 págs.

O texto procede de um curso ministrado pelo autor em determinado período letivo, faltando-lhe as partes ulteriores, o que explica sua estrutura incompleta. A temática abordada é o problema das relações entre a filosofia e as ciências humanas, caracterizado pela situação de crise em que estas ciências se encontram e a proposta de sua superação pela fenomenologia. Dentro do problema das ciências do homem para Husserl, o texto aborda a questão da psicologia, explicitando a idéia de uma psicologia eidética em Husserl, a questão da lingüística e da história.

ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

Cf. também nos 15, 21, 22, 29, 30, 35, 102, 113, 116, 127, 128, 129, 130, 132.

142. DI DIO, Renato Alberto T., O conceito de liberdade, **Suplemento Cultural**, 1(3): 5 – 6, 31/10/76.

Ressaltando a importância do conceito de liberdade no âmbito da reflexão filosófica em todos os momentos da história da filosofia, o

autor explicita os seus vários sentidos, comparando-o ao conceito de determinismo, de casualidade, de causa e motivo, de criação, de determinismo moderno e de perspectivismo. Embora o sentido radical da liberdade esteja intrinsecamente vinculado à condição do homem, a sua fundamentação decorre mais da ciência do que da filosofia.

143. LIPPMANN, H. Ludwig, Valor e personalidade, *Rev. Univ. Cat. Petrópolis*, (3): 78 – 105.

Para o autor, o problema da relação entre valor e personalidade representa um tema bastante atual tanto para os psicólogos, como para os cientistas sociais e apresenta, dentro do campo da antropologia filosófica, diferentes aspectos. As posições personalísticas da filosofia, quanto a esta questão, em três pontos fundamentais: a personalidade como valor supremo, a distinção ontológica entre pessoas e coisas e a experiência subjetiva global da personalidade como a última instância psicológica. O sentido da vida está no aperfeiçoamento da personalidade rumo a uma progressiva humanização, o que supõe para o homem dois problemas básicos: o da individualização e autonomia, adaptação social e relacionamento com outros homens.

144. CARMO, Raymundo E. do, **Fenomenologia existencial: estudos introdutórios**, Belo Horizonte, O Lutador, 1974. Prefácio de Arthur Versiani Velloso, 102 págs.

Partindo da caracterização da filosofia contemporânea como fundamentalmente uma antropologia filosófica, o autor analisa a fenomenologia, seguindo o pensamento de Husserl; mostra a especificidade da contribuição da fenomenologia, em comparação com o projeto cartesiano e numa perspectiva global; em seguida, explicita a necessária evolução da fenomenologia rumo à ontologia e sua aplicação metodológica ao existencialismo, o que possibilitou a elaboração de uma antropologia fenomenológico-existencial.

145. CARMO, Raymento E. do, **Antropologia filosófica geral**, Belo Horizonte, O Lutador, 1975.

O texto representa uma iniciação à antropologia filosófica, elaborado com objetivos explicitamente didáticos. Após caracterizar a reflexão antropológica no âmbito da atitude filosófica, o autor faz um retrospecto histórico da antropologia filosófica ocidental, assinalando suas principais etapas; em seguida, sintetiza as principais concepções do homem, tais como a visão naturalista, a visão idealista e a posição fenomenológico-existencial; desta última, explicita os principais temas, aprofundando a seguir a historicidade, abordando-a também em confronto com a perspectiva estruturalista; num último capítulo, é estudado o estatuto ontológico do ser humano, como sujeito no mundo, instaurador de sentido.

FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Cf. também nºs 113, 114, 126.

146. RICOEUR, Paul e outros, **As culturas e o tempo**, Petrópolis Vozes, EDUSP, 1975; trad. Gentil Titton, Orlando dos Reis e Ephraim Ferreira Alves, 284 págs.

Trata-se de uma coletânea de estudos que constitui uma série de 4 publicações no âmbito de um projeto da UNESCO, intitulado *Culturas em Confronto*. Tomando como chave o conceito de tempo, os autores analisam a vivência e a compreensão desta dimensão nas várias culturas. Assim, após Introdução de Paul Ricoeur, Claude LARRE, aborda a apercepção empírica do tempo e a concepção de história no pensamento chinês; Raimundo PANNIKAR, estuda a concepção de tempo e história na tradição da Índia; Bettrira BAUMER, a apercepção empírica do tempo; Alexis KAGAME, a questão do tempo no pensamento bantu; G. E. R. LLOYD, no pensamento grego. André NEHER, na cultura judaica; Germano PATTARO estuda esta questão no pensamento cristão; Louis GARDET, na cultura muçulmana; Abdelmazid MEZIANE, entre as populações do Magreb. O livro termina com estudo Gourevitch sobre o tempo como problema de história cultural.

FILOSOFIA SOCIAL

Cf. também nºs 109, 123, 124.

147. GASTALDI, J. Petrelli, **Estudo de Problemas Brasileiros: realidade econômica e social do Brasil**, São Paulo, Saraiva, 1975, 104 págs.

Situando-a dentro de uma abordagem da conjuntura econômica mundial, o autor analisa a problemática sócio-econômica brasileira, criticando algumas experiências tecnocráticas adotadas para sua solução, explicitando os efeitos inflacionários dos desperdícios governamentais, da falta de produtividade e do empirismo empresarial. Ressalta a necessidade da preocupação para com o setor primário da economia, chamando a atenção para o perigo de uma petroeconomia, para as precauções a serem tomadas frente às manobras das multinacionais.

148. LEVI-STRAUSS, Claude, **As estruturas elementares do parentesco**, Petrópolis, Vozes, 1976; EDUSP, 542 págs.

Análise antropológico-estrutural da vida social das mais diversas sociedades humanas. Retomando as pesquisas dos principais antropólogos, Levi-Strauss analisa as relações entre natureza e cultura, o problema do incesto, os fundamentos da troca restrita, a troca generalizada, estabelecendo as normas e regras básicas do intercâmbio social dos membros da sociedade, definindo-se as estruturas do parentesco.

149. REALE, Miguel, **Pluralismo e Liberdade**, São Paulo, Saraiva, 1963. 302 págs.

Este livro reúne uma série de estudos do autor nos domínios da ética e da filosofia sócio-política, polarizados todos eles em torno da problemática central do ser do homem, de sua liberdade ontológica e de seu valor perante a sociedade e a história. Neles o autor defende a necessidade e a viabilidade de uma sociedade plural, única compatível com a causa democrática e com uma economia eticamente estruturada. Na primeira parte, o autor apresenta os fundamentos antropológicos de suas concepções sobre a sociedade, o estado e a democracia, abordadas especificamente na segunda parte.

150. ROSSEAU, Michel, **Assistencialismo, uma questão em aberto**, **Proposta**, (1):

O autor aborda o problema do assistencialismo como motivo que é de discussões freqüentes e gerador de polêmicas sobre a validade dos projetos assistenciais que têm sua ação limitada na atitude de ajuda. Para isso, são dados exemplos de alguns projetos executados mas que não alcançaram o caráter de promoção esperado. Assim, o assunto passa a ser analisado sob o prisma do interesse e benefícios relativos ao viabilizador do projeto, do técnico que o executa e à população que será atendida por ele. Essa análise resulta numa descrição de fatores que poderão contribuir para uma recíproca responsabilidade dos envolvidos nos citados projetos quando, então, se tornará possível ao assistencialismo assumir caráter promocional, após envolver fatores básicos de mudança social.

151. WIEDEMAN, Luís Felipe da Silva (org.), **Brasil: realidade e desenvolvimento**, São Paulo, Sugestões Literárias, 1973, 2ª ed. 560 págs.

Obra coletiva versando sobre os principais problemas da realidade brasileira atual. Após a Introdução, situando a educação moral e cívica no Brasil, é apresentado, em capítulos escritos por vários autores especialistas, um panorama geral da realidade brasileira que aborda as características gerais da geopolítica e da geoeconomia nacional, a formação étnica e cultural do homem brasileiro, as instituições sociais, políticas e econômicas e o comportamento social; numa segunda unidade, são tratadas as estruturas políticas e as características da democracia no Brasil, assim como a estrutura dos poderes executivo, legislativo e judiciário; na terceira unidade, são abordados os problemas do desenvolvimento econômico, relacionados com os recursos nacionais, povoamento e ecologia das regiões do Amazonas e do Nordeste, transporte, desenvolvimento agrícola, energia, indústria, comércio, as disparidades regionais, a política econômica, a política monetária, as necessidades de planejamento, o mercado financeiro; na quarta unidade, são estudados os problemas sócio-econômicos de habitação, saúde, educação, comunicação social, ciência e tecnologia, urbanização, participação da empresa no desenvolvimento e o papel das forças armadas na vida nacional; na quinta unidade, são examinados os problemas políticos relativos às ideologias políticas, às expressões do poder nacional, à representação popular, aos Partidos, à evolução política, à política social, à política externa, à participação brasileira nos organismos internacionais; na sexta unidade são analisadas questões referentes à se-

gurança nacional, externa e interna, à responsabilidade dos cidadãos e das forças armadas e à formulação de uma doutrina e execução de uma política de segurança nacional.

FILOSOFIA POLÍTICA

Cf. também nºs 34, 109, 124.

152. DALLARI, Dalmo de Abreu, **Constituição e evolução do estado brasileiro, Suplemento Cultural**, 1(2): 15 – 16, 24/10/76.

Analisando a formação e a evolução do estado brasileiro, o autor afirma o descompasso entre as afirmações formais da constituição e o que ocorre na prática como uma das características do sistema jurídico-social brasileiro e como um dos fatores responsáveis pela instabilidade política, marca constante da vida brasileira. Conclui que haverá possibilidade de uma ordem política e social quando o Brasil tiver uma constituição autêntica, isto é, que leve em conta as características globais da realidade social.

153. DALLARI, Dalmo de Abreu, **Elementos de teoria geral do Estado**, São Paulo, Saraiva, 1976, 3ª ed., 270 págs.

O texto, como objetivos didáticos, pretende fixar diretrizes teóricas em estreito relacionamento com a problemática do estado, acentuando os aspectos práticos de cada situação. Delimita a noção, o objeto e o método da Teoria Geral do Estado, analisa a natureza da sociedade, do Estado, estabelece as relações entre Estado e Direito e entre Estado e Governo. Conclui com uma discussão dos principais problemas do Estado contemporâneo.

154. FERREIRA, Luís Pinto, **Teoria Geral do Estado**, São Paulo, Saraiva, 1975, 3ª ed., 2 vols. XXVI – 518, XXIV – 519 – 1006 págs.

Situando-se no universo comum à filosofia jurídica e política, este trabalho estuda a problemática geral do Estado, fundando-se nos principais teóricos da área. O texto divide-se em 12 partes que se subdividem em 92 capítulos designativos dos vários temas estudados. Após

uma Introdução ao estudo da doutrina geral do Estado, o autor analisa os seguintes temas: a sociologia positiva e a idéia do progresso, o conceito de Estado, o conceito de soberania, o conceito de Poder, o conceito de socialismo, o conceito de Constituição, o regime democrático, a liberdade, as declarações de direitos e as garantias constitucionais, o processo legislativo, o regime federativo e a doutrina filosófica geral do Estado.

155. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves, **A democracia possível** São Paulo, Saraiva, 3ª ed., 1976, 132 págs.

Ensaio de filosofia política em que a democracia é abordada sob três aspectos: como forma de governo, como organização institucional e como sistema de valores. No contexto do estudo da democracia como forma de governo, o autor aborda a questão da efetivação da democracia nas condições peculiares do Brasil, propugnando por uma nova Carta constitucional que possa institucionalizar a orientação revolucionária brasileira.

156. JAGUARIBE, Hélio e outros, **A dependência político-econômica da América Latina**, São Paulo, Loyola – Cortez & Moraes, 1976, 160 págs.

Este livro reúne 4 estudos abordando problemas políticos e econômicos da América Latina. Hélio Jaguaribe escreve sobre dependência e autonomia na América Latina; Aldo Ferrer, sobre indústrias básicas, integração e corporações internacionais; Miguel Wionczek analisa o endividamento público externo e as mudanças setoriais no investimento privado da América Latina; Theotônio dos Santos aborda a crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina. Estes ensaios que versam sobre a fenomenologia internacional dos mecanismos atuais desta dependência surgiram da 2ª Reunião do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, em Lima, sendo seguido pelos debates que tiveram lugar após sua exposição.

157. SOUSA, José Pedro Galvão de, **O estado tecnocrático**, São Paulo, Saraiva, 1973, 150 págs.

Análise da evolução dos estados capitalista e marxista para uma forma de estado tecnocrático, com apresentação de suas caracte-

rísticas essenciais, de suas tendências básicas, de sua oposição aos princípios de ordem natural. Criticando esta hipertrofia da tecnocracia no poder, o autor propõe que se utilize a técnica na organização política, salvando-se os valores humanos e a liberdade. No plano dos meios, ressalta o papel dos grupos intermediários para enfrentar o totalitarismo intrínseco à tecnocracia.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Cf. também nos 37, 103, 115.

158. ANTUNHA, Heládio César Gonçalves, O fundamento em educação, **Suplemento Cultural**, 1 (4): 10 – 13, 7/11/1976.

Colocando a questão da suficiência do conhecimento científico para a compreensão exaustiva do problema educacional, o autor aborda o tema da necessidade de um tratamento filosófico da educação. Após expor as posições antifilosóficas do positivismo lógico contemporâneo e as críticas feitas a esta escola por Karl Popper, o autor conclui pela inevitabilidade do filosofar sobre a educação, ressaltando a insuficiência de uma abordagem puramente científica da questão.

159. BERGER, Manfredo, **Educação e Dependência**, São Paulo – Porto Alegre, Difel – Ed. Univ. Fed. RS, 1976 (Col. "Corpo e Alma do Brasil", vol. 45), 356 págs.

Este trabalho, originalmente tese de doutoramento do autor, propõe-se investigar o sistema educacional brasileiro, considerando, especialmente, a relação entre a sociedade e o sistema educacional no contexto do processo societal global de uma sociedade dependente. Após caracterizar a sociedade dependente, o autor analisa a condição do Brasil em situação de dependência econômica, política e sócio-cultural; a seguir, analisa o sistema educacional brasileiro e suas potencialidades em vista da superação desta situação de dependência, concluindo com um exemplo de superação desta condição constituído pela redução sociológica.

160. BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude, **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**, Rio, Francisco Alves, 1975, (Série "Educação em Questão"); trad. Reynaldo Bairão, 240 págs.

Neste livro de crítica ao processo de educação institucionalizada, os autores defendem a tese, segundo a qual, a reprodução do sistema de ensino como instituição relativamente autônoma permite a reprodução da cultura dominante, e essa reprodução cultural reforça, como poder simbólico, a reprodução contínua das relações de força no meio da sociedade. Para tanto, os autores apresentam, numa primeira parte, os fundamentos de uma teoria da violência simbólica, justificativa teórica para sua análise crítica ao processo sócio-educacional de manutenção da ordem e de reprodução cultural, objeto da segunda parte.

161. COLLET, Heloísa Gouvea, **Educação permanente: uma abordagem metodológica**, Rio, SESC, 1976, 112 págs.

A autora se propõe responder à questão das implicações didáticas que podem ser inferidas da perspectiva da implantação da Educação Permanente. Defende que desta implantação deverão decorrer modificações no processo ensino-aprendizagem, referentes ao currículo, ao papel do professor e do aluno, aos métodos de ensino, ao uso dos meios audiovisuais, à avaliação e a outros elementos relativos à didática. Após fundamentar a concepção de Educação Permanente, são destacadas suas implicações didáticas, visando-se a elaboração de uma metodologia mais adequada à perspectiva desta nova forma de educação.

162. DI DIO, Renato Alberto T., **A pesquisa da pesquisa educacional no Brasil**, **Suplemento Cultural**, 1(5): 6, 14/11/1976.

Análise da gênese, da evolução e da situação da pesquisa psicopedagógica no Brasil. O autor visa a levantar e classificar as pesquisas no campo da psicologia educacional. Esta classificação, feita sobre amostragem de trabalhos cuja maior contribuição decorre de centros de pesquisa dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, teve como critério, a análise do conteúdo e dos métodos.

163. GARCIA, Walter Esteves, (org.), **Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento**, São Paulo, MacGraw-Hill do Brasil, 1976, 280 págs.

Trata-se de uma obra coletiva escrita visando atingir três objetivos, convergentes e complementares: analisar criticamente eventuais distorções do processo educacional brasileiro, propor alternativas com novas formas de fazer a Educação e explicitar o que vem sendo feito na educação brasileira em seus três níveis de ensino. Maurício TRAGTENBERG estuda a escola como organização complexa; Louremi SALDANHA estuda a individualização do ensino e a formulação de objetivos; Joel MARTINS, o modelo de planejamento curricular; Luís A. CUNHA, compara o modelo alemão com o modelo de ensino brasileiro; Élio VIEIRA apresenta modelos para implementação da reforma de 1º e 2º graus; Zaia BRANDÃO aborda a questão do ensino do 2º grau e a profissionalização; Antônio Gaspar RUAS, o ensino superior no Brasil e sua estrutura básica; Maria A. BORTOLETTO trata do ensino superior brasileiro em confronto com modelos estrangeiros; Dermeval SAVIANI faz uma análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5 540 e 5 692; Casemiro dos REIS FILHO fala sobre a reforma universitária e ciclo básico, como modelo viável; Cláudio de Moura CASTRO, do cálculo dos custos do ensino universitário; Eugênia Moraes de ANDRADE fornece orientações básicas para elaboração de provas objetivas.

164. GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo, O curso de Pedagogia: uma reflexão crítica, *Didata*, (5): 34 – 43, 1976.

O trabalho analisa a situação de desprestígio em que se encontra o curso de Pedagogia. A autora, no sentido de dividir a culpa pelo esvaziamento de significado do curso entre os vários elementos envolvidos em sua operação, desenvolve um processo de socialização desta culpa, estabelecendo e examinando a parcela da respectiva responsabilidade do legislador, do administrador universitário, do professor e do aluno.

165. HUBERMAN, A. M., **Como se realizam as mudanças em educação: subsídios para o estudo do problema da inovação**, São Paulo, Cultrix, trad. Jamir Martins, 126 págs.

Partindo de uma definição da inovação, tematizando seus tipos, fontes e processo, o autor explicita os agentes que intervêm na mudança, citando os indivíduos, os grupos, as instituições e as culturas. Analisa as principais variáveis que envolvem o sistema e o processo, caracterizando ainda os aspectos básicos dos refretários e dos inovadores, educadores ou instituições. Apresenta modelos de processo de mudança para sua planificação e execução. Encerra seu trabalho com uma avaliação das inovações educacionais.

166. LIPPMANN, H. Ludwig, Prolegômenos para uma filosofia da educação brasileira, *Rev. Univ. Cat. Petrópolis*, (3): 1 – 13.

O autor parte da constatação, nos modernos pensadores do Brasil, da preocupação em se refazer em bases mais sólidas a cultura nacional embora ainda reconheça neles a ausência de um relacionamento entre a educação e filosofia brasileiras. Analisando os conceitos de sistema de ensino e realidade social, observa que a autenticidade de um sistema de ensino não está em refletir a realidade social pois é preciso que ele se torne agente de transformações sociais. Por outro lado, não aceita o fenômeno “cultural lag” aplicado à educação brasileira, mostrando que ele contradiz as condições básicas do desenvolvimento cultural brasileiro, cuja característica principal sempre foi a criação de suas instituições por antecipação. Este caráter antecipatório é o responsável pelo formalismo educacional que torna ineficiente o funcionamento do sistema educacional brasileiro.

167. REIMER, Everett, **A escola está morta: alternativas em educação**, Rio, Francisco Alves, 1975; (Série “Educação em Questão”), trad. Tony Thompson, 186 págs.

Fruto de seus estudos sobre a educação na América Latina e de seus debates com Illich, o presente trabalho de Reimer desenvolve uma severa crítica à instituição escolar, tida como responsável pela instauração e pela consolidação da injustiça no meio dos homens. Estabelecendo um processo contra a escola, acompanhando a sua formação histórica em nosso contexto, o autor explicita o que as escolas fazem, o que são, como funcionam e de onde vêm para se tornarem os esteios institucionais do privilégio. Discutindo depois a possibilidade das instituições democráticas,

Reimer apresenta alternativas para a educação escolar, propondo uma educação através de redes de objetivos e de pessoas, as condições de financiamento da educação universal, o papel revolucionário da educação e a estratégia de uma revolução pacífica, concluindo com a apresentação da parte que cada um poderá assumir nesta tarefa.

168. SAVIANI, Dermeval, *Contribuição a uma definição do curso de Pedagogia, Didata*, (5): 13 – 22, 1976.

O estudo visa a oferecer uma contribuição no sentido de se precisar melhor o significado da formação do pedagogo enquanto educador dotado de fundamentação teórica consistente. Analisando as várias definições de pedagogia, o autor a considera como a teoria geral da educação, ou seja, como sistematização “a posteriori” da educação, construída a partir e em função das exigências da realidade educacional, processo e produto.

169. SAVIANI, Dermeval, **Educação brasileira: estrutura e sistema**, São Paulo, Saraiva, 2ª ed., 1975, 148 págs.

O autor explicita a questão da existência de um sistema educacional no Brasil, fazendo uma análise sobretudo a partir da Lei Diretrizes e Bases. Após criticar os usos inadequados do conceito de sistema, o autor propõe uma noção de sistema educacional, fundada numa concepção da própria condição humana; segundo o autor, cabe à filosofia uma função sistematizadora para a coerência da ação educacional. Acompanha o texto sinopse cronológica completa da tramitação do projeto da LDB no Congresso Nacional, assim como detalhada bibliografia sobre esta Lei.

170. SCHADEN, Egon, Educação indígena, **Problemas Brasileiros**, 14 (152): 23 – 32.

Após afirmar a negligência por parte de antropólogos e etnólogos em relação a estudos mais sistematizados da educação entre os indígenas brasileiros, o autor discute alguns fatos e problemas que bem mostram a importância deste tipo de pesquisa, mesmo para o educador moderno. Aborda o processo geral de socialização pelo qual passam todos os

adolescentes e alguns processos específicos de iniciação pelos quais passam os jovens destinados a determinadas funções diferenciadas.

171. SCHEFFLER, Israel, **A linguagem da educação**, São Paulo, Sarai-va – EDUSP, 1974, 132 págs.

O autor elucida, mediante uma aplicação de métodos da filosofia analítica, alguns aspectos do pensamento educacional, analisando a forma lógica das definições, dos “slogans” e das metáforas usadas no campo do pensar teórico da educação. Isto lhe permite fazer um estudo da idéia central do ensinar como atividade e como “dizer”.

172. WARDE, Miriam Jorge, **Os condicionantes sociais da oposição entre teoria e prática na educação brasileira: a política de profissionalização do ensino de 2º grau**, São Paulo, 1976, 100 págs.

Trata-se da dissertação de mestrado em Filosofia da Educação apresentada pela autora junto ao Programa de Pós-Graduação da PUCSP. Analisando a legislação que deu origem à política de profissionalização do ensino de 2º grau no Brasil, a autora mostra que ela reflete a oposição entre teoria e prática, oposição característica da própria estrutura social brasileira. Após determinação do problema, faz uma análise comparativa entre os pareceres 45/72 e 76/75, explicita os condicionantes sociais da oposição teoria-prática na educação em geral e na política de profissionalização do ensino de 2º grau em particular, mediante uma análise contextual.

FILOSOFIA DA CIÊNCIA

Cf. também nºs 19, 31, 102, 103, 104, 116.

173. ALVES, Rubem, **Religião: Patologia ou busca de sanidade**, **Reflexão**, 1(3): 113 – 121.

O autor mostra que o emergir da exigência de uma consciência religiosa não testemunha uma forma de falsa consciência, um tipo de alienação ou a expressão de uma patologia mas, antes, uma crítica radical à

metafísica inconsciente que rege o pensamento científico de tal modo que atualmente não é tanto a ciência que realiza um trabalho de desmitologização da religião mas a religião que desmitologiza a ciência.

174. BERLINGUER, Giovanni, **Psiquiatria e Poder**, Belo Horizonte, Interlivros, 1976; trad. Otho Faria, 128 págs.

Partindo de um levantamento histórico-político e econômico do panorama psiquiátrico atual da Itália, perfeitamente generalizável para todo o mundo, o autor examina e critica o controle e a manipulação da mente humana através da informação, da publicidade, da educação e da indústria cultural, situação que força os homens, pelo trabalho do especialista, às exigências do poder. Daí a necessidade de se questionar, pelas bases, o próprio sentido da doença mental.

175. JAPIASSU, Hílton Ferreira, Por uma filosofia da Psicologia, **Reflexão 1(3)**: 71 – 78.

O autor desenvolve uma reflexão sobre a psicologia, explicitando aspectos de seus pressupostos éticos, políticos e ideológicos na medida em que, querendo ser ciência, deixa de considerar a ordem dos valores e das significações. Desta explicitação, o autor postula as exigências para que a psicologia se reconheça como parte e instrumento do conhecimento do homem deixando sua postura de juiz ou de mandamento.

176. SANTOS, José Henrique, Filosofia e Crítica da ciência, **Cadernos do CEAS**, (43): 3 – 9.

O autor estabelece a diferença entre filosofia e ciência: a diversidade de interesses. Para a filosofia a atividade crítica lhe é fundamental e visa evidenciar as ambigüidades e limitações da ciência. Neste sentido, a filosofia é crítica social e política e no desempenho desta função, desmascara os fatos impostos à sociedade em nome da ciência. Há necessidade de sair-se da ciência para dar-se conta de tal fato.

FILOSOFIA DO DIREITO

Cf. também nos 34, 118.

177. COELHO, Luís Fernando, **Teoria da ciência do direito**, São Paulo, Saraiva, 1974, X – 166 págs.

Trata-se de texto didático destinado a abordar a temática epistemológica do direito, elaborando, portanto, uma teoria da ciência jurídica. Estabelecido o caráter epistemológico da abordagem, o autor classifica as diversas disciplinas jurídicas, discute o direito comparado, expõe as concepções da ciência do direito, analisa a técnica jurídica, aprofunda a significação do direito, explicita o sentido da dialética do direito, do conceito de direito natural e da sistemática do direito.

178. MACHADO NETO, A. L., **Compêndio de introdução à ciência do direito**, São Paulo, Saraiva, 1975, 3ª ed., 282 págs.

Texto didático, dividido em três grandes partes que correspondem a três livros distintos anteriormente publicados pelo autor. Na 1ª parte, destinada a um preliminar epistemológico, o autor define a ciência do direito, suas divisões e suas fundamentações doutrinárias – o jusnaturalismo, o exegetismo, o historicismo jurídico, o sociologismo jurídico, o normativismo e o egologismo, encerrando com um estudo da técnica jurídica; na 2ª parte, é estudada a sociologia jurídica. Após sua definição, são abordados os temas do controle social, da gênese social do direito, das relações direito e economia, entre direito e fenômenos sociais. Na 3ª parte, é apresentada uma teoria geral do direito, tratando das questões referentes às normas e ao ordenamento jurídico, ao direito subjetivo, ao fato jurídico, aos sujeitos do direito, ao dever jurídico, ao ilícito, à sanção, às fontes, à hermenêutica, à aplicação e aos ramos do direito. Duas leituras complementares sobre a teoria geral do direito são acrescentadas assim como três provas práticas sobre ela.

179. MACHADO NETO, A. L., **Sociologia jurídica**, São Paulo, Saraiva, 1974, 3ª ed., 422 págs.

Recorrendo à farta referência histórico-filosófica, o autor estuda o problema epistemológico em sociologia, a sociologia jurídica, a sociedade, as sociedades humanas e sub-humanas frente ao direito, o controle social, a gênese social do direito, as relações direito e revolução, entre

guerra e direito, entre direito e fenômeno econômico, entre estratificação social e direito, as entre direito, religião, família e poder político. É apresentado um quadro sociológico do direito brasileiro e são acrescentados dois apêndices: um sobre a sociologia do direito natural e outro, sobre as relações entre o raciovitalismo e a sociologia jurídica.

180. MACHADO NETO, A. L., **Teoria da ciência jurídica**, São Paulo, Saraiva, 1975, 218 págs.

Após determinar o caráter epistemológico da ciência do direito, o autor expõe a sua doutrina do direito, os vários saberes jurídicos — a filosofia, a sociologia, a história e a teoria geral do direito — aprofundando, a seguir, o problema da ciência jurídica, o método jurídico e as relações entre ciência e técnica jurídica. Em apêndice, aborda a situação da teoria do direito no Brasil e dá uma lição sobre a justiça.

181. REALE, Miguel, **Filosofia do direito**, São Paulo, Saraiva, 1975, 7ª ed. rev. 2 vols. XVIII — 654 págs.

O primeiro volume é dedicado à propedêutica filosófica; o segundo, à ontognosiologia jurídica. Assim, no primeiro volume, é estudada a questão da filosofia, do ponto de vista de seu objeto, da gnosiologia, da ontologia e da axiologia, assim como do ponto de vista da ética e da teoria da cultura; no segundo volume, após definir o objeto da filosofia do direito, sua divisão, sua temática geral e especial, o autor aborda a questão do empirismo e do apriorismo jurídicos e seus pressupostos ontognosiológicos, a realidade jurídica frente ao problema ontognosiológico, a fenomenologia da ação e da conduta, expõe sua teoria tridimensional do direito, concluindo com a análise das relações entre direito e moral.

182. REALE, Miguel, **O direito como experiência: introdução à epistemologia jurídica**, São Paulo, Saraiva, 1968, XII — 300 págs.

O autor procura determinar a modalidade da experiência jurídica, questão encarada como uma questão epistemológica primordial. O livro forma um conjunto de 12 ensaios de epistemologia jurídica que se situam na linha de prolongamentos das posições relativas à teoria tri-

dimensional do direito, defendida pelo autor. Após colocar o problema da experiência jurídica, ela é analisada ao plano pré-categorial e ao plano da objetivação científica. Em seguida, o autor explicita as estruturas fundamentais do conhecimento jurídico, relaciona a filosofia, a dogmática jurídica e a teoria geral do direito, define a natureza e o objeto da ciência do direito que compara com a dogmática jurídica. Analisa a questão das estruturas e modelos de experiência jurídica, abordando o problema de suas fontes e gênese, trata da hermenêutica jurídica e termina com o relacionamento entre experiência moral e experiência jurídica, abordando de modo especial a questão da pena de morte frente ao mistério da existência humana.

183. REALE, Miguel, *Lições preliminares de direito*, São Paulo, Saraiva, 1976, 3ª ed. rev. 384 págs.

Trata-se de uma retomada, com declarados objetivos didáticos, das principais questões abordadas pelo autor em seus cursos de introdução ao estudo de direito. O autor define o objeto, a finalidade desta disciplina, relaciona o direito com as ciências afins, aborda a questão das relações entre natureza e cultura, o mundo ético, a relação entre direito e moral; analisa o conceito de direito, a organização da sanção pelo Estado, a metodologia da ciência do direito, a estrutura da norma jurídica, sua validade, sua classificação; aprofunda o estudo das fontes do direito; relaciona experiência jurídica e direito objetivo, fatos e atos jurídicos, sujeito de direito e personalidade jurídica, situações subjetivas e direito subjetivo; explicita as modalidades de direito subjetivo, trata da hermenêutica jurídica, da integração e aplicação do direito, dos princípios gerais do direito, dos seus planos e âmbitos, da divisão do direito assim como de seus fundamentos.

184. SALDANHA, Néelson, História, razão e direito, *Rev. Bras. Fil.*, 26 (103): 297 – 306.

O autor mostra que embora estruturado sobre a racionalidade, o direito é eminentemente fundado na historicidade. A racionalidade do direito e mais ainda, do saber jurídico, é uma pretensão que é historicamente dada e historicamente caracterizável. Por isso, uma teoria do direito

que se pretenda fundamental, deve reconhecer e recolher, na própria experiência do direito, sua dimensão histórica.

FILOSOFIA DO LAZER

185. DUMAZEDIER, Joffre, **Questionamento teórico do lazer**, Porto Alegre, CELAR, 1976, 74 págs.

Este texto é a reprodução do curso ministrado pelo autor no Centro de Estudos do Lazer e Recreação — CELAR —, da PUC do Rio Grande do Sul, em setembro de 1975. Nele, o autor aborda os fundamentos histórico-sociológicos do lazer, assim como os seus fundamentos axiológicos. É igualmente analisado o sistema de intervenção sócio-cultural no lazer e são dados esclarecimentos quanto à situação do lazer em relação a outros aspectos da existência humana.

186. REQUIXA, Renato, Relatório continental sobre o lazer no Brasil, **Problemas Brasileiros**, 14 (153): 15 — 19.

Trabalho apresentado pelo autor no 2º Congresso Mundial sobre o Lazer, realizado em Bruxelas, em abril de 1976. Mostra a influência da cultura européia, africana e indígena na nacionalidade brasileira, salientando-se o aspecto lúdico na música, na dança e até mesmo na religião. O autor analisa a industrialização e urbanização mostrando como ambas contribuíram para o desaparecimento de alguns meios de lazer.

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE TEOLOGIA**PLANO**

Dogmática
Moral
Sagrada Escritura
Liturgia
Direito Canônico
História da Igreja
Pastoral
Espiritualidade
Catequese
Exegese
Teologia da História
História da Teologia
Ecumenismo
Patrologia
Cristologia
Antropologia Teológica
Problemas-Fronteira